

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, às 09:30 hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 9ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Juracy Ala Filho representante da SEPLAN, o Sr. Rogério Monteiro Costa e Silva representante da SEDER, a Srª. Maria Lenice M. Conceição representante da SICME, a Srª. Edenir Maria Serigatto representante da UNEMAT, a srª. Cínthia Barroca de Castro representante do IBAMA, o Sr. Renato Blat Migliorini representante do ABAS, a srª. Ildisneya Velasco Dambros representante da SANECAP, a srª. Vânia Tarcila Borges representante da SANECAP, o Sr. Décio Elói Siebert representante do IPAC, a Srª. Alessandra Panizi representante do Instituto CREATIO. O Secretário Executivo iniciou a reunião questionando os conselheiros se haveriam alterações a serem feitas na ata da 9ª Reunião, não sendo apresentada nenhuma alteração, sendo aprovada por unanimidade a Ata da 9ª Reunião ordinária do CEHIDRO. Em seguida continuou informando aos conselheiros que 1) a Ata da 8ª Reunião do CEHIDRO havia sido publicada; 2) Colocou que o último dos seminários regionais seria realizado no dia seguinte (28 de setembro de 2007) em Cáceres. Colocou ainda que o intuito de realização destes seminários é divulgar a gestão dos Recursos Hídricos no Estado e que existem pessoas que desconhecem que esta gestão ocorre, citando o caso do Sr. Mauricio Santilli do Instituto Socioambiental (ISA) que falou que não se tem gestão de recursos hídricos no estado nem comitês de bacias, bem como a cobrança não é feita. Colocou ainda que este é um fato que o incomodou e que na verdade o Sr Mauricio está certo porque se fala muito de gestão de recursos hídricos na capital e nas cidades pólos, mas não no resto do Estado. A idéia dos seminários é divulgar esta gestão em todo o estado, objetivo atingido nos seminários já realizados. Outro objetivo dos seminários é convidar as pessoas que participaram dos seminários regionais para participar do seminário estadual, que será realizado entre os dias 5 e 9 de novembro, para proporcionar uma troca de informações, colocando todos os que tratam de recursos hídricos para discutir no mesmo espaço. Complementou colocando que todos os conselheiros estão automaticamente convidados a participar do seminário e também a apresentar trabalhos, pois será feito um livro de resumos e que toda a informação

necessária está no site da SEMA. Colocou também que neste seminário vai ser feita uma apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, uma apresentação do resultado da Câmara Temática de Recursos Hídricos e Mineração do Grupo de Trabalho Governamental do Novo Código Ambiental do Estado, Apresentação do resultado da fase de Diagnóstico do Plano Estratégico da bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Complementou colocando que é importante que todos sejam divulgadores deste seminário e, quem tiver trabalho, que sejam participante efetivos. 3) Em seguida o secretário executivo colocou os conselheiros a par do andamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos, colocando que nos dias 20 e 21 de setembro foi realizada a oficina de construção de cenários e que nos dias 4 e 5 de outubro será feita sua continuação, complementando que a chancela do plano estadual de recursos hídricos é de responsabilidade da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano, e que somente as representantes da FIEMT e a UNEMAT tem participado. Colocou ainda que o plano não é da SEMA, mas sim do Estado e que foi somente com muita dificuldade que conseguimos que pessoas de diversas secretarias fossem nominadas para que possamos chamá-las e assim fazer com que todas participem e não possam questionar o resultado final, lembrando que o plano traça linhas que devem ser aplicadas pelo estado. Foi complementado pela conselheira Edenir Serrigatto que realmente as pessoas da câmara técnica fizeram falta durante a reunião pois as pessoas presentes conheciam mais a parte burocrática e faltou a visão da realidade que está acontecendo. 4) o secretário executivo colocou que será realizado neste seminário uma reunião do Plano Estratégico da Bacia Tocantins-Araguaia, em que na última realizada somente a SEMA estava representada, apesar de existir o NAP, não está ocorrendo a sensibilização necessária e esta reunião será a chance de nos colocarmos como membros atuantes, sendo corrigido pela conselheira Cínthia de Castro que o NAP faz parte do PROTAR, e este plano a que o secretário executivo estava se referindo era o Plano Estratégico. 5) O secretário executivo continuou colocando que durante a oficina de cenários do PERH um dos participantes falou que as ONGs não estão sendo bem recebidas, não pagou passagem nem diária, mas o estado não fará isto por não ter recursos para isto, sendo complementado pela conselheira Alessandra Panizi que o problema é que as ONGs não são fortes no estado, existindo aqui no máximo “indivíduos não governamentais”, ao que o conselheiro Décio Siebert colocou que algumas só existem realmente para participar. 6) O secretário executivo deu continuidade falando que será realizado o I Encontro Nacional dos Colegiados Ambientais - I ENCA em Brasília no período de 16 a 18 de outubro de 2007,

69 com o objetivo de integrar as linhas de recursos hídricos e meio ambiente dos Estados da  
70 Federação, onde o CEHIDRO será representado pelo secretário executivo e o CONSEMA  
71 pelo José Valter. 7) Será realizado XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos em São  
72 Paulo de 25 a 29 de novembro, ao que foi questionado pela conselheira Alessandra  
73 Panizi sobre o valor da inscrição, sendo respondida pela conselheira Cínthia de Castro  
74 que será de aproximadamente quinhentos reais para não sócios. 8) Em seguida o  
75 conselheiro executivo colocou que em relação ao Encontro Nacional de Comitês de Bacia  
76 Hidrográficas, acabaram as inscrições para ir no ônibus da SEMA até Foz do Iguaçu,  
77 local do evento. Colocou ainda que tentaram mobilizar pessoas que estejam envolvidas  
78 com comitês no estado para participarem do evento, inclusive a superintendência de  
79 recursos hídricos abriu vagas para outras superintendências. A intenção é participar dos  
80 mini-cursos ministrados que darão uma grande gama de informações sobre comitês, onde  
81 o estado ainda está engatinhando. O conselheiro Décio Siebert sugeriu que seja criado  
82 uma Câmara Técnica para fomentar comitês, até para evitar sobrecarregar a SEMA que  
83 já tem uma grande demanda, inclusive com a outorga agora, sendo respondido pelo  
84 secretário executivo que isso já foi discutido e não se chegou a uma conclusão se seria  
85 interessante ou não, uma vez que a função do CEHIDRO é apenas fomentar, sendo  
86 colocado pelo conselheiro Décio Siebert que a intenção desta Câmara Técnica seria  
87 justamente encontrar formas de fomentar os comitês. A conselheira Alessandra Panizi  
88 questionou como que poderiam ajudar, sendo respondida pelo conselheiro Décio Siebert  
89 que seria através da discussão de formas de fazer este fomento, especialmente para  
90 fazer as pessoas que realmente interessam participem, ainda mais com esta difusão de  
91 PCH's no estado, sendo colocado pela conselheira Alessandra Panizi que com este  
92 dinheiro poderiam fazer os estudos para os comitês de bacias. A conselheira Edenir  
93 Serrigatto colocou que compartilha a preocupação do conselheiro Décio Siebert, as  
94 pessoas são apáticas e que ela se sente como aqueles profetas antigos que avisam o que  
95 irá acontecer mas ninguém faz nada, sendo complementado pelo secretário executivo que  
96 deve-se pensar não na sociedade organizada, mas na desorganizada. O conselheiro  
97 Décio Siebert ponderou que a SEMA está sendo vista como um órgão punitivo, que só  
98 multa e as vezes multas absurdas, sendo complementado pela conselheira Alessandra  
99 Panizi que os mais penalizados são os licenciados, porque os outros não existem para a  
100 SEMA e que a câmara técnica seria justamente para achar a saída para isso e evitar que  
101 continue se refletindo isto na água, mesmo que este não seja o foco. O conselheiro Décio  
102 Siebert colocou que os próprios empreendedores estão se interessando porque a matéria

103    prima é a água e o investimento é de dois milhões por megawatt, então se você chama  
104    eles vem. O secretário executivo colocou o exemplo de Itaipu, onde se tem o programa  
105    “Cultivando Água Boa”, onde os comitês recebem financiamento da usina exatamente o  
106    mesmo que é investido pelos participantes do comitê, sendo colocado pelo conselheiro  
107    Décio Siebert que esta é uma forma melhor de se fomentar comitês, sendo colocado pelo  
108    conselheiro executivo em seguida que para a SURH é ótimo ter mais pessoas ajudando e  
109    que queria poder dizer que a SEMA não tem este foco em multas, mas não é verdade. O  
110    conselheiro Décio Siebert colocou que queria deixar claro que este não é o foco dos  
111    recursos hídricos, que sabem o trabalho que é realizado pela SURH. 9) Em seguida o  
112    secretário executivo falou que em dezembro acaba o mandato 2006-2007 dos  
113    conselheiros do CEHIDRO e que serão liberados o edital para as novas eleições para os  
114    representantes de setores usuários e organizações não governamentais e que a intenção  
115    é que na próxima reunião já sejam citados os nomes dos eleitos. Complementou ainda  
116    que assim que for publicado o edital o mesmo será enviado por e-mail para os  
117    conselheiros. 10) Dando continuidade à reunião, o secretário executivo passou a palavra  
118    à conselheira Alessandra Panizi para a mesma apresentar o trabalho final da Câmara  
119    Temática de recursos Hídricos e Mineração do Grupo de Trabalho Governamental para  
120    discussão do Novo Código Ambiental. A conselheira Alessandra iniciou a sua  
121    apresentação colocando que este é a 1ª apresentação pública do trabalho realizado pela  
122    Câmara Temática e lembrando que o CEHIDRO não teve uma vaga na câmara  
123    temática, mas que de qualquer forma ele esteve representado por pessoas que fazem  
124    parte do mesmo. Continuou afirmando que foram feitas sete câmaras temáticas e que a  
125    câmara temática de estrutura do sistema tirou o CEHIDRO do Sistema do Código  
126    Estadual e durante as conversas conseguiram a muito custo provar que recursos hídricos  
127    fazem parte do meio ambiente, mas como eles não quiseram voltar atrás o CEHIDRO  
128    ficou meio independente, em um capítulo sobre recursos hídricos. Colocou ainda que os  
129    trabalhos estão encerrados, o que não quer dizer que não serão aceitas modificações,  
130    complementando que a audiência pública para apresentação será feita durante o 7º  
131    Seminário estadual, mas que quiseram dar publicidade porque será entregue ao GTA e  
132    daí será votado na assembléia, e a partir do momento que entregamos não teremos mais  
133    controle sobre as alterações que o texto pode sofrer. A conselheira prosseguiu com a  
134    leitura do texto, destacando o artigo 2º, onde se reconhece o sistema estadual de  
135    Recursos Hídricos. Destacou também o artigo 3º onde foram incluídas as agências de  
136    água, para dar ao comitê a oportunidade de criar a sua, sendo complementado pelo

137   conselheiro Décio Siebert que isto é importante para não cair todo o recurso em um fundo  
138   comum. O conselheiro Décio Siebert questionou se a idéia de transformar o CEHIDRO  
139   em um subconselho do CONSEMA foi enterrada ao que a conselheira Alessandra  
140   respondeu que sim. A conselheira Alessandra Panizi continuou a leitura destacando o  
141   artigo 4º, onde se criou o FEHIDRO, colocando que queriam acabar com ele para cair  
142   todo o recurso no FEMAM, mas assim não se tem certeza se o dinheiro proveniente de  
143   recursos hídricos será aplicado na área, sendo complementado pelo senhor Leandro  
144   Maraschin que o FEHIDRO existia na lei 9.645/97, mas com a criação da SEMA e  
145   extinção da FEMA ele foi extinto, ficando somente o FEMAM, onde o recurso proveniente  
146   das hidroelétricas que vem para a SEMA por exemplo não é cem por cento destinado  
147   para a SURH, mas já conseguimos pelo menos uma parte. O conselheiro Décio Siebert  
148   ponderou que foi conseguido pela conversa, pela visão do secretário, mas se mudar o  
149   secretário pode mudar o destino do dinheiro porque não está definido, sendo colocado  
150   pelo secretário executivo que foi um acordo de cavalheiros que foi feito, sendo uma parte  
151   destinada para a fiscalização. A conselheira Alessandra Panizi prosseguiu a leitura,  
152   destacando o artigo 6º onde foi incluída a rede de monitoramento como instrumento de  
153   gerenciamento, sendo questionada pela conselheira Cínthia de Castro se esta inclusão é  
154   mesmo necessária uma vez que o sistema de informações já engloba o monitoramento e  
155   está repetindo duas vezes a mesma coisa. A conselheira Alessandra respondeu que esta  
156   inclusão no sistema de informações depende da visão, porque se pode ter um sistema de  
157   informações baseado em dados de outras fontes, sendo colocado pela conselheira  
158   Cínthia de Castro que para se ter este sistema de informações funcionando corretamente  
159   você deve ter o sistema de informação. A conselheira Alessandra ponderou que  
160   realmente é necessário o monitoramento para que o sistema de informações funcione  
161   corretamente, mas os deputados e o secretário podem não sabe disso, sendo  
162   complementada pelo secretário executivo que colocou que somente quem faz a gestão  
163   sabe estas coisas, quem está cima dos gestores na sabe, sendo colocado pelo  
164   conselheiro Décio Siebert que o que abunda não tem problema, não pode faltar. A  
165   conselheira Alessandra continuou a leitura até o fim do texto e acrescentou que não trata  
166   de política porque citou a lei e que tratou de outras coisas que eram necessárias,  
167   ponderando que usaram como base o código do Rio Grande do Sul para garantir que não  
168   esqueceriam nada, apesar de não parecer em mais nada com ele. A conselheira Edenir  
169   Serrigatto questionou quanto ao uso da água subterrânea e como ficaria a questão do  
170   reabastecimento do aquífero, sendo respondido pela conselheira Alessandra que o artigo

14 já é uma forma de ajudar e reduzir este uso, sendo complementada pelo secretário executivo que quando se fala em balanço já se fala em água superficial e subterrânea. A conselheira Edenir colocou então que se fala de balanço hídrico como um todo, mas dependendo das condições a recarga subterrânea não é feita o que reduz a vazão da nascente, entre outros efeitos, porque a água retirada não tem como se devolver ao lençol como a superficial, sendo colocado pelo conselheiro executivo que isto estaria no regulamento do artigo 13, e complementado pela conselheira Alessandra que se for colocado algo deste tipo que a gente não sabe perfeitamente pode engessar o uso inclusive da água superficial. O conselheiro Renato Migliorini ponderou que hoje se pode devolver a água ao lençol freático, sendo complementado pela conselheira Edenir que ela estava se referindo a práticas de manejo para se fazer a recarga, que tem que se ter estudo, sendo colocado pelo secretário executivo que isto é uma função do estado. A conselheira Alessandra ponderou que o estudo está contemplado já que se fala o tempo todo de monitoramento, mas forma indireta. O conselheiro Luiz Toledo ponderou que é melhor não colocar porque depende de estudos muito profundos e pode interferir em toda a bacia, sendo complementado pela conselheira Edenir que ela levantou este assunto para que começássemos a pensar nisso. A conselheira Ildisneya Dambros sugeriu que no artigo 15 onde estava sistema de irrigação fosse substituído por industriais e agropecuários, porque existem indústrias que consomem grande quantidade de água, ao que todos concordaram e foi alterado. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11:19 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

---

**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**

Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05/12/2007.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*